

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVI

FLORIANÓPOLIS, 1º DE SETEMBRO DE 2017

NÚMERO 7.165

MESA

Silvio Dreveck
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Mário Marcondes
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
2ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lima
3ª SECRETÁRIA

Maurício Eskudlark
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Darci de Matos
Vice-Líder: Valdir Cobalchini

PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Mauro de Nadal

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Milton Hobus

**BLOCO PARLAMENTAR
PP, PR, PSB**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Cesar Valduga

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Jean Kuhlmann - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Mauro de Nadal
José Nei A. Ascari
Darci de Matos
Dirceu Dresch
João Amin
Marcos Vieira
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Manoel Mota
Milton Hobus
Cesar Valduga
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Dóia Guglielmi
Manoel Mota
Gabriel Ribeiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Cesar Valduga - Vice-Presidente
Dirceu Dresch
Manoel Mota
Fernando Coruja
Jean Kuhlmann
Altair Silva

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente
Serafim Venzon - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Antonio Aguiar
Romildo Titon
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Gelson Merisio
Altair Silva
Marcos Vieira

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Fernando Coruja
Milton Hobus
Gabriel Ribeiro
José Milton Scheffer
Patricio Destro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
Mauro de Nadal - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Dóia Guglielmi
Valdir Cobalchini
Pe. Pedro Baldissera
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Cleiton Salvaro - Presidente
Dirceu Dresch - Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Jean Kuhlmann
Nilso Berlanda
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Valdir Cobalchini - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Neodi Saretta
João Amin
Dóia Guglielmi
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Antonio Aguiar - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Fernando Coruja
Gelson Merisio
Ismael dos Santos
Altair Silva
Cleiton Salvaro
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Mauro de Nadal - Presidente
Cesar Valduga - Vice-Presidente
Fernando Coruja
Dalmo Claro
Dirceu Dresch
Nilso Berlanda
Marcos Vieira

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Patricio Destro
Serafim Venzon
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Serafim Venzon
Ricardo Guidi
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente
Darci de Matos
Romildo Titon
Manoel Mota
Altair Silva
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Serafim Venzon
Fernando Coruja
Dalmo Claro
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patricio Destro - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Valdir Cobalchini
Fernando Coruja
Neodi Saretta
Nilso Berlanda
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Romildo Titon
Dalmo Claro
Natalino Lázare

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos, bem como editoração, diagramação e distribuição.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVI NESTA EDIÇÃO: 12 PÁGINAS TIRAGEM: 4 EXEMPLARES</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 078ª Sessão Ordinária realizada em 30/08/2017 2 Ata da 079ª Sessão Ordinária realizada em 31/08/2017 5</p> <p>Atos da Mesa Ato da Presidência 6 Ato da Mesa DL 6 Atos da Mesa 6</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes 7 Comunicado 9 Extratos 9 Ofícios 9 Portarias 10 Projetos de Lei 11 Projetos de Lei Complementar 12</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

P L E N Á R I O

ATA DA 078ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2017 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darcy de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Fernando Coruja - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cocalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Silvio Dreveck

Maurício Eskudlark

DEPUTADO SILVIO DREVECK

(Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS

(Orador) - Reporta-se aos 167 anos de emancipação política do município de Blumenau no próximo dia 02 de setembro, sua terra natal, discorrendo sobre os primeiros 17 imigrantes capitaneados pelo dr. Blumenau vindos da Alemanha. Comenta sobre o fato de que as mulheres alemãs quando ali chegaram, soluçaram sentadas em cima de seus baús ao se depararem

apenas com o céu, o rio e a mata, pois ali não havia o mesmo progresso do país de origem.

Relata que os pioneiros, apesar das dificuldades da época, desenvolveram o município que atualmente é considerado polo de tecnologia e num passado recente foi marco fabril no sul do país.

Agradece o governador do estado e ao Dr. Vicente Caropreso ao registrar a questão do acolhimento de dependentes químicos pela secretaria de Saúde, a batalha burocrática até a data presente, quando finalmente o secretário-adjunto deu a garantia de que a partir de 1º de setembro serão 780 vagas acolhidos para acolher no Programa Reviver III, dispondo de 10 vagas em cada uma das 78 comunidades terapêuticas. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Tece comentários sobre os cortes públicos do atual governo, considerando uma atitude drástica em relação às áreas da educação, saúde e assistência social, em detrimento às garantias adquiridas do povo brasileiro ao longo dos anos, além de caracterizar total descompromisso na melhoria da qualidade de vida da população do país, alinhando-se ao liberalismo, característica mercantil que desfavorece os direitos da população, em contrapartida, beneficia a concretização de interesse próprio.

Sobre o desmonte do ensino público gratuito, entende que é necessária uma ação conjunta entre deputados e reitores das instituições de educação para um debate, buscando soluções para evitar manobras

governamentais que impeçam a gratuidade do ensino superior. [Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Oradora) - Demonstra preocupação com a situação do país, entendendo que estamos retrocedendo à época do colonialismo. Consta que a população está entristecida, pois foi enganada pelo golpe, e o atual governo nada tem feito para atender as pessoas, que hoje, em grande número, pedem esmolas e passam fome. Consta que é grande o desemprego, e são imensas as filas de pessoas buscando trabalho.

Ressalta que são muitas as denúncias, mas o Judiciário permanece inerte. Lamenta também os programas que o governo está implementando, privatizando empresas públicas, fechando universidades, e tirando investimentos da Saúde, que ainda vai piorar muito. Cita também as reformas, Trabalhista e da Previdência, subtraindo direitos dos trabalhadores, e muitos não chegarão a se aposentar porque dizem que a Previdência é deficitária. Entretanto, demonstra indignação com o perdão das dívidas bilionárias dos Bancos Itaú e Santander, enquanto ignoram os mais pobres.

Registra que os programas do Prouni e do Fies estão se acabando, dificultando o acesso do filho do agricultor à universidade, e repercute reportagem do Jornal Nacional alertando que o Brasil vai voltar para o mapa da fome. Fala que o ser humano não tem mais paciência, vivendo num clima de ódio, que culmina com atitudes contra professores agredidos em sala de aula. Alerta que a falta de respeito aos professores é sinal de que a população está doente, e da decadência dos

valores, lamentando, pois logo poucas pessoas estarão dispostas a trabalhar nessa área. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Comenta estarecido um vídeo que recebeu com imagens que mostram dois rapazes da organização criminosa PCC forçando dois outros rapazes a cavar a própria sepultura, sendo depois mortos e queimados. Afirma que o mau da geração atual é a droga e que a juventude está perdida. Demonstra indignação com a violência que vemos no país, questionando onde vamos parar com tamanha maldade. Entende que a situação é muito preocupante e que precisamos discutir na Assembleia temas assim, que dizem respeito ao dia-a-dia dos cidadãos. [Taquígrafa: Cristiany]

Partidos Políticos

Partido: PR

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Concorda com o pronunciamento do deputado Kennedy Nunes. Destaca que atualmente vive-se um momento social, moral e criminal totalmente diferenciado, sem qualquer respeito pela vida humana, falando que é urgente a aplicação, o cumprimento das leis de forma mais rígida, pois o bandido mata, assalta, se for identificado não fica muito tempo preso, e se condenado fica só um terço na prisão.

Menciona que muitos recursos que deveriam ter sido investidos no Brasil em obras sociais, em políticas públicas, pelo governo do PT, foram desviados para outros países, citando a Venezuela, Angola e Cuba.

Demonstra preocupação com relação à situação da área da saúde e sistema prisional no estado, alguns hospitais estão cancelando cirurgias eletivas e exames, os funcionários sem pagamento, também faltam presídios, e a criminalidade está aumentando.

Finaliza registrando que protocolou Pedido de Informações, pedindo esclarecimentos sobre a não abertura no Hospital Regional do Extremo oeste, do setor de oncologia, comentando também a carta do ex-diretor do Hospital Joana de Gusmão, que justifica seu pedido de exoneração, já que o hospital não conseguia mais atender os pacientes em casos emergenciais, colocando em risco a vida das pessoas. [Taquígrafa: Ana Maria]

Partido: PMDB

DEPUTADO MANOEL MOTA (Orador) - Tece comentários em relação às críticas que o atual governo da República recebe, questionando sobre o dinheiro do trabalhador que o governo passado enviou para outros países, como Venezuela e Cuba.

Comenta encontro da sexta-feira passada com o presidente do DNIT no sul do estado para discutir a duplicação no trecho no túnel do Morro dos Cavalos, a fim de ser concluída.

Discorre sobre a ordem de serviço dada pela ex-senadora Ideli Salvatti para as obras da Serra da Rocinha que ficou apenas no papel. Após quatro anos, graças ao deputado Edinho Bez, reverteu-se o processo porque houve liberação de recursos de sua verba e iniciaram as obras. Além disso, o Fórum Catarinense disponibilizou R\$ 40 milhões, garantindo o andamento das obras até o final do ano.

Cita a questão da Serra de Praia Grande que as obras da rodovia estão pela metade, mas acredita que o secretário de Infraestrutura dará a celeridade necessária no aspecto burocrático, pois a região tem potencial turístico. [Taquígrafa: Sílvia]

Partido: PSDB

DEPUTADO SERAFIM VENZON (Orador) - Faz uma saudação especial ao sr. Elói Mariano Rocha, prefeito de Tijucas. Na oportunidade, comunica que, em data anterior, no referido município, os presidentes da Associação Comercial e Industrial, dr. Rogério Souza e da Câmara de Dirigentes Lojistas, Luciano Spengler, inauguraram a sede do empresariado local, ocasião em que esteve presente o deputado Altair Silva, representando a Assembleia Legislativa.

Entende que tal iniciativa faz a diferença no desenvolvimento dos municípios na arrecadação de recursos, proporcionando a eficiente

convivência social e qualidade de vida de seus habitantes.

Neste sentido, posiciona-se a favor da iniciativa do governo federal e também do estadual da possibilidade de privatizar os serviços básicos, situação que favorece melhor atendimento às necessidades da população. [Taquígrafa: Elzamar]

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Alude a situação crítica da Saúde catarinense, recordando que em discursos anteriores já declarava a urgência de solução para a questão, tamanha a precariedade do setor. Declara que o que está acontecendo com o Hospital Joana de Gusmão é apenas a ponta do iceberg.

Informa que, no Parlamento, ações propondo alternativas estão sendo feitas, citando a votação por unanimidade da emenda constitucional que aumentou o percentual de repasse de recursos destinados para a Saúde, que era 12% e passará gradativamente a aumentar, até o ano de 2019, para 15%. Entende que muitos municípios já saíram do patamar mínimo de repasses e precisam muito mais do que o referido percentual para atender as demandas da área. Afirma que outra ação é a proposta de utilização de parte dos recursos do empréstimo de R\$ 1,5 bilhão junto ao BNDES para atender emergencialmente a demanda, porém houve a negativa da secretaria da Fazenda, alegando que o recurso não pode ser usado para o supracitado fim. Critica severamente a negativa, sugerindo que ouçam uma mãe que está com o filho na fila das salas de cirurgia ou leiam o que os economistas dizem a respeito do assunto para depois tecerem um posicionamento.

Enaltece o trabalho do secretário de Saúde do estado, mas clama por esclarecimentos quanto ao pleito, em especial sobre as dívidas que estão acumulando a cada dia. Finda seu discurso, enaltecendo que a Casa Legislativa tem feito seu papel e que precisa haver abertura do governo para discutir as alternativas e atender a questão emergencial da saúde catarinense. [Taquígrafa: Sara]

Partido: PCdoB

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Aborda a questão do aumento do desemprego no país com o agravante dos equívocos na política econômica do governo federal, que opta pela austeridade e cortes nos gastos governamentais, ao invés da retomada do desenvolvimento e fomento da economia.

Critica a opção de Temer pelo pagamento dos juros da dívida ao invés de dinamizar a economia, pelos cortes nos recursos para a Saúde. Afirma que a pobreza e o desemprego aumentam, enfatizando que precisamos nos unir e cobrar que o governo sirva aos interesses nacionais com um amplo plano de desenvolvimento e geração de renda. [Taquígrafa: Cristiany]

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Suspende a sessão até o início da Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, apresentou parecer contrário ao ofício n. 0622/2016.

Comunica, outrossim, que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao ofício n. 0308/2017.

Igualmente, comunica, que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável ao ofício n. 0138/2010.

E também comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos ofícios n.s: 0576/2016, 0713/2015, todos de entidade social.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 00213/2017, de autoria do governo do estado, que altera o art. 11 da Lei n. 14.610, de 2009, que dispõe sobre o Programa Catarinense de

Inclusão Social Descentralizado, e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja e Darci de Matos.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada a admissibilidade por maioria, com os votos contrários dos srs. deputados: Fernando Coruja, Dirceu Dresch e Luciane Carminatti.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 00214/2017, de autoria do governo do estado, que reduz temporariamente a contribuição de que trata o art. 24 da Lei Complementar n. 306, de 2005, que institui o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Santa Catarina - Santa Catarina Saúde, e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja, Maurício Eskudlark, Dirceu Dresch, Darci de Matos e Mauro de Nadal.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada a admissibilidade por maioria, com os votos contrários dos srs. deputados: Maurício Eskudlark, Fernando Coruja, Dirceu Dresch, e Luciane Carminatti; e, com abstenção do deputado João Amin. [Taquígrafa: Ana Maria]

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0155/2016, de autoria do deputado João Amin, que declara de utilidade pública o Conselho do Polo UAB Florianópolis, de Florianópolis.

Dentro deste projeto foi apensado o Ofício n. 0182/2017.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0165/2017, de autoria do governador do estado, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Ipira para atender aos alunos da rede municipal de ensino.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0195/2017, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Morro dos Conventos, de Araranguá.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0196/2017, autoria do deputado Serafim Venzon, que declara de utilidade pública a Associação de Amparo às Pessoas com Câncer, de Itajaí.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Discutiram a matéria os srs. deputados: Serafim Venzon e Ismael dos Santos.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0207/2017, de autoria de Mário Marcondes, que declara de utilidade pública a Associação Pedala Itapema de Ciclismo, de Itapema.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0063/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que dispõe sobre a inscrição de atletas nos Jogos Abertos, Jogos Abertos e demais competições promovidas pelo Sistema Desportivo Estadual de Santa Catarina, por intermédio da Fundação Catarinense de Desporto - Fesporte.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de lei n. 0176/2017, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, que denomina Escola Estadual Professor Ângelo Cascaes Tancredo a escola estadual situada no Bairro Bela vista, no município de Palhoça.

Ao presente projeto foi apresentada emenda supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0228/2016, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que dispõe sobre o desembarque de mulheres, pessoas com deficiência e idosos usuários do transporte coletivo do serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Transporte e Desenvolvimento Urbano e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0271/2016, de autoria do deputado Roberto Salum, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos bancos estabelecidos no âmbito do território catarinense receberem as contas e faturas de consumo de concessionárias de luz, água, telefonia e gás, pelos guichês de caixa de atendimento presencial existentes no interior de suas agências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação e de Direitos Humanos.

Em discussão.

Discutiu a matéria o sr. deputado Fernando Coruja.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0282/2017, de autoria do deputado Patrício Destro, que dispõe sobre a transferência simbólica da capital do estado de Santa Catarina para o município de Mafra.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0587/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que disciplina a realização de eventos esportivos em Santa Catarina e adota outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativas, emendas aditivas e emenda supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado. [Taquígrafa: Sílvia]

Pedido de Informação n. 0092/2017, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao secretário da Agricultura, solicitando informações referentes ao Fundo Estadual de Sanidade Animal.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0093/2017, de autoria do deputado Fernando Coruja, a ser enviado ao Governador do Estado e ao Secretário Executivo de Supervisão de Recursos Desvinculados, solicitando informações referentes aos convênios e as prestações de contas, assinados com os Municípios nos anos de 2016 e 2017, com recursos do Fundo Social, com a finalidade de aquisição de materiais didáticos e livros.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0094/2017, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário de Estado da Educação, solicitando informações acerca da reforma da Escola de Educação Básica Professor João Boos e do Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Professor Carlos Maffezzolli, no município de Guabiruba.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0150/2017, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviada ao Pastor Hebron Evandro Mussini, parabenizando pela realização do 4º Concerto de Aniversário da Orquestra e Coral Ebenézer.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0151/2017, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviada a Professora Maria de Lourdes Vicenzi Bender, parabenizando pelo trabalho dedicado em prol da educação e da qualidade de ensino da Escola Especial Paulo Denis - APAE de Faxinal dos Guedes.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0152/2017, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviada à Bancada Catarinense no Congresso Nacional, à comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e à comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, apelando para que aprove o Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do poder Executivo nº 750/17. (susta efeitos do Decreto nº 9.147/17 que extingue a Reserva Nacional de Cobre e seus associados, localizada nos Estados do Pará e Amapá)

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0153/2017, de autoria do deputado José Milton Scheffer e outro(s), a ser enviada ao Ministro de Estado de Minas e Energia e demais autoridades, apelando pela diminuição do percentual máximo de redução do desconto do processo tarifário das cooperativas de eletrificação rural, de 20% para 10%.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado José Milton Scheffer.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0805/2017, de autoria do deputado Dóia Guglielmi; 0806/2017 e 0807/2017, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0808/2017, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0809/2017, de autoria do deputado Marcos Vieira; e, 0810/2017 e 0811/2017, de autoria do deputado Natalino Lázare.

Igualmente, a Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0626/2017, 0627/2017 e 0628/2017, de autoria do deputado Neodi Saretta; e, 0629/2017, de autoria do deputado Cesar Valduga.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

A Presidência suspende a sessão, para que possa usar a tribuna o sr. Felipe Eilert dos Santos, vereador do município de Guabiruba, juntamente com os alunos da EEB João Boos, para discorrer sobre a situação da reforma da Escola.

Na sequência, a Presidência mantém a suspensão para que possam usar a tribuna, o sr. Gilberto dos Passos, prefeito municipal de Canoinhas, juntamente com a rainha Emanuele Rafaela Henckels e princesa Natali Loik, para discorrerem acerca do lançamento a 21ª edição da Fesmate e a 1ª edição da ExpoCanoinhas.

Explicação Pessoal

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Explicação Pessoal e, não havendo oradores a fazer uso da palavra, encerra-a, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental. [Coordenadora Carla].

ATA DA 079ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2017

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Serafim Venzon - Silvio Drevack - Valdir Cobalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Silvio Drevack
Dirce Heiderscheidt
Ana Paula Lima
Maurício Eskudlark

DEPUTADO SILVIO DREVECK

(Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador)

- Repercuta a gravidade do setor leiteiro, referindo-se ao considerável queda do leite ao produtor, situação que atinge a agricultura familiar, citando oeste, alto vale do Itajaí e sul do estado.

Sobre a referida pauta, manifesta preocupação, uma vez que nessas comunidades onde se concentra a produção do referido alimento, mantêm um relevante papel social e econômico nos municípios, inclusive com a participação das mulheres. Ainda sobre o referido segmento, acrescenta a atuação de indústrias consagradas no país, citando as empresas Aurora Alimentos, Tirol e Piracanjuba.

Em relação ao processo produtivo de leite, manifesta-se a favor dos pequenos agricultores, ressaltando que é uma atividade que proporciona renda aos seus familiares, e entende que o Parlamento Catarinense, os governos municipal, estadual e federal precisam construir políticas protetivas a essa classe trabalhadora importante que, agora, com a medida adotada pelo governo federal de importação de tal alimento, enfraquece ainda mais a comercialização. *[Taquígrafa: Elzamar]*

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK

(Orador) - Relata, chocado, o crime ocorrido em Balneário Camboriú na noite passada quando um policial foi brutalmente assassinado em uma padaria. Demonstra preocupação após as informações de fontes da inteligência da polícia que apuraram, na atual semana, integrantes de facções criminosas, presentes no presídio de São Pedro de Alcântara, determinando ataques contra órgãos públicos e instalações policiais, com a declaração "salve geral". Comunica que o comandante-geral da Polícia Militar já alertou para que todos os profissionais da segurança pública tomem o máximo de cuidado.

Clama por mudanças urgentes no que diz respeito à legislação federal, pois considera que o crime contra agente da segurança e da

justiça deve ser inafiançável e sem direito a progressão de pena. Afirma que a lei existe, mas que da forma como é cumprida deixa a desejar, e acrescenta que os Direitos Humanos só pensam em beneficiar os criminosos e não a segurança da sociedade.

Declara que o policial é a última barreira contra o caos social, portanto, se medidas urgentes não forem tomadas a sociedade perderá a guerra contra a criminalidade.

Deputado Kennedy Nunes (Aparteante) - Concorde plenamente com o discurso do deputado e parabeniza-o pelo pronunciamento. *[Taquígrafa Sara]*

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Oradora) - Registra o aniversário de 167 anos de Blumenau, fazendo um relato da trajetória histórica do município. Destaca a forte influência germânica que resultou num povo ordeiro, empreendedor, bem como suas riquezas naturais. Relembra a força do trabalho e a solidariedade da população de Blumenau ao reerguer-se frente às enchentes que ocorreram. Enaltece a grandiosidade da Oktoberfest, que traz turistas do mundo inteiro a cidade, e a linda Festiália que acontece anualmente. Convida a todos para os festejos em comemoração ao aniversário de Blumenau, que serão realizados a partir do dia 2 de setembro, e para o desfile na belíssima Rua XV de Novembro em homenagem ao fundador do município. *[Taquígrafa: Cristiani]*

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador)

- Registra o sucesso da bela caravana que o sempre ex-presidente Lula está fazendo pela região nordeste, debatendo sobre o futuro do Brasil, e que infelizmente a mídia e os jornais não estão mostrando.

Faz referência à situação caótica e impactos negativos, que o processo de ruptura da democracia brasileira, devido ao golpe que a ex-presidente Dilma Rousseff sofreu, está causando a população mais pobre, e que está refletindo na área da saúde pública e na economia do país.

Crítica o governador Raimundo Colombo e sua base política do estado e federal, que apoiaram o impeachment, e que agora já está pagando a conta, comentando que Santa Catarina está com a área da saúde decadente, segurança pública péssima, e sem investimentos para aplicar em obras públicas e fundamentais para os catarinenses.

Questiona se o que existe é má gestão, incompetência ou improbidade administrativa, e indaga: "onde está o dinheiro da saúde e o governador do estado?"

Finaliza afirmando que vai continuar a defender a sociedade catarinense e brasileira, e lutar pela volta da democracia. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PMDB

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI

(Orador) - Reporta-se à matéria jornalista que

trata do aumento populacional no estado de Santa Catarina, segundo o IBGE, mencionando o crescimento de mais de sete milhões de habitantes. Destaca municípios que abrangem o litoral catarinense apresentaram os maiores índices, contrapondo com a região oeste que apresentou redução de moradores, assim salienta a necessidade de política de estado de incremento à referida região.

Menciona a análise do professor da Unoesc, Rógis Juez Bernardy, o qual entende que os municípios do oeste perdem moradores jovens devido à situação econômica e social.

Ressalta que o ex-senador, Luiz Henrique da Silveira, criou as secretarias regionais exatamente para levar desenvolvimento a todas as regiões em categorias de igualdade, salientando que o projeto atingiu seu objetivo, estagnou o processo de litoralização, enfatizando que o processo de descentralização não pode acabar.

Deputada Ana Paula Lima (Aparteante) - Rebate o tema elencado pelo deputado, comentando que ADRs perderam sua função principal, que era a de levar o desenvolvimento para o interior.

Deputado Manoel Mota (Aparteante) - Corroborar com a fala do deputado, afirmando que as ADRs no período de governo de Luiz Henrique da Silveira mantiveram-se com o perfil de desenvolvimento para o estado, de descentralização. *[Taquígrafa: Silvia]*

Ordem do Dia

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Dá início à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0812/2017, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0813/2017, de autoria do deputado Altair Silva; 0814/2017, 0815/2017, 0817/2017 e 0818/2017, de autoria do deputado Antônio Aguiar; e, 0816/2017, de autoria do deputado Cesar Valduga.

Igualmente, a Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n.: 0630/2017, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

A Presidência suspende a sessão para que possa usar a tribuna o sr. Wolney Adilson da Rocha Chucre, Secretário de Comunicação do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Estadual de Santa Catarina, a fim de explanar sobre a situação do sistema prisional de Santa Catarina. *[Taquígrafa: Elzamar]*

Explicação Pessoal

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Explicação Pessoal e, não havendo oradores a fazer uso da palavra, encerra-a, convocando outra, solene, para segunda-feira, às 19h, em comemoração ao Centenário de Fundação do Município de Porto União.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 03, de 01 de setembro de 2017

Cria Grupo de Trabalho a fim de acompanhar a tramitação do Projeto de Lei nº 0399.4/2016, que "Institui o Programa 'SC - SEGURANÇA PARA TODOS' da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, em parceria público-privada, e estabelece outras providências".

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica criado **GRUPO DE TRABALHO**, no âmbito da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), composto por representantes das instituições públicas e privadas definidas no art. 2º deste ato, a fim de acompanhar a tramitação do Projeto de Lei nº 0399.4/2016, que "Institui o Programa 'SC - SEGURANÇA PARA TODOS' da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, em parceria público-privada, e estabelece outras providências", cuja função é a de subsidiar as análises feitas pelas comissões permanentes, bem como sugerir modificações, diligências e atos administrativos, tanto às comissões quanto à Mesa, com a finalidade de assessorar, organizar e definir critérios e requisitos para a implantação do referido Programa, como solução de compromisso estratégico e estruturante de forma inovadora na área de PDI - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, na Segurança Pública, onde o foco precípua do presente Programa é ampliar e fortalecer a segurança social, transmitindo robusta visibilidade, estabelecendo maior sensação de segurança, diretamente associada à ostensividade do policiamento motorizado a ser desenvolvido, o qual alcançará uma significativa parcela da população catarinense.

Art. 2º O Grupo de Trabalho de que trata este Ato tem a seguinte composição:

I - Coordenador:

a) Diógenes Duarte - Procurador Adjunto da ALESC; e

II - Membros:

a) Milton Kern Pinto - Coronel da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC);

b) Carlos Alexandre de Melo, Soldado da PMSC - Casa Militar da ALESC;

c) José Henrique de Souza Damiani, Doutor em Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PDI) de Projetos de Defesa e Segurança - Professor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA);

d) Elizandro Lotin - Cabo da PMSC e Presidente da Associação Nacional dos Praças (ANASPPA);

e) Pedro Miranda de Oliveira, advogado; e

f) Eduardo Remos Sidreira - Especialista em Segurança da Informação.

Art. 3º Este Ato da Presidência entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Ato da Presidência nº 014, de 20 de dezembro de 2016.

Deputado **SILVIO DREVECK**

Presidente

*** X X X ***

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 040-DL, de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Rodrigo Minotto para ausentar-se do País, no período de 4 a 11 de setembro do corrente ano, a fim de viajar em missão oficial à Cidade de Barcelona, na Espanha.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 31 de agosto de 2017.

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente

Deputada Ana Paula Lima - 3ª Secretária

Deputado Maurício Eskudlark - 4ª Secretário

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Of. nº **030/2017/CRICRIM**

Florianópolis, 30 de agosto de 2017.

Excelentíssimo Senhor

Deputado Silvio Dreveck

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Nesta

Senhor Presidente,

Conforme ofício 029/CRICRIM, informo que a viagem para integrar a visita a Barcelona, com objetivo de participar com representantes políticos do MERCOSUL de atividades que visam proporcionar aos participantes uma visão global e plural da situação atual da Catalunha mediante um contrato direto com a realidade política, social e econômica do país **é oficial** e para tanto reitero a Vossa Excelência. autorização para ausentar-me do país entre os dias 04 e 11 de setembro.

Contando com sua atenção, renovo protestos de consideração.

Respeitosamente,

RODRIGO MINOTTO

Deputado Estadual - Líder do PDT

Presidente da Comissão de Relacionamento Institucional,
Comunicação,

Relacionamento Internacional e do Mercosul

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Of. nº **029/2017/CRICRIM**

Florianópolis, 25 de agosto de 2017.

Excelentíssimo Senhor

Deputado Silvio Dreveck

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Nesta

Senhor Presidente,

Tendo em vista o *convite do Senhor Albert Royo Mariné*, Secretário Geral do Conselho de Diplomacia Pública da Catalunha DIPLOCAT solicito a Vossa Excelência autorização para ausentar-me do país entre os dias 04 e 11 de setembro, para integrar a visita informativa a Barcelona, com objetivo de participar com representantes políticos do MERCOSUL de atividades que visam proporcionar aos participantes uma visão global e plural da situação atual da Catalunha mediante um contrato direto com a realidade política, social e econômica do país.

Contando com sua habitual atenção, renovo protestos de consideração.

Respeitosamente,

RODRIGO MINOTTO

Deputado Estadual - Líder do PDT

Presidente da Comissão de Relacionamento Institucional,
Comunicação, Relacionamento Internacional e do Mercosul

Lido no Expediente

Sessão de 31/08/17

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 474, de 01 de setembro de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR a servidora **TANIA MARIA HILSENDEGER DA SILVA**, matrícula nº 1249, da função de Chefe da Seção - Serviço Social, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de setembro de 2017 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente

Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária

Deputado Mauricio Eskudlark - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 475, de 01 de setembro de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela*

Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

Art. 1º DESIGNAR o servidor **NEREU BAHIA SPINOLA BITTENCOURT**, matrícula nº 1116, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia de Seção - Revisão e Supervisão, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de setembro de 2017 (DL - Coordenadoria de Publicação).

Art. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, enquanto estiver no exercício de função de confiança, o servidor não perceberá adicional de exercício.

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Mauricio Eskudlark - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 476, de 01 de setembro de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

Art. 1º DESIGNAR a servidora **LUCIANE DALLA BARBA CADOR ZAGUINI**, matrícula nº 1387, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia de Seção - Serviço Social, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de setembro de 2017 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Art. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, enquanto estiver no exercício de função de confiança, o servidor não perceberá adicional de exercício.

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Mauricio Eskudlark - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e dezessete, às onze horas, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, sob a Presidência da senhora Deputada Luciane Carminatii, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 1ª Reunião Ordinária Conjunta da Comissão de Agricultura e Política Rural com a Comissão de Educação, Cultura e Desporto, referente à 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos seguintes Deputados: Natalino Lázare, Luciane Carminatti, Pe. Pedro Baldissera, Valdir Cobalchini, Dóia Guglielmi, Altair Silva, substituindo o Deputado José Milton Scheffer, Darci de Matos e do Secretário de Estado da Educação de Santa Catarina, Eduardo Deschamps. Foram justificadas as ausências dos Deputados Mauro de Nadal, Cesar Valduga, Ricardo Guidi, Rodrigo Minotto e Serafim Venzon. A senhora **Presidente** abriu a reunião e disse que o motivo da reunião é discutir a situação dos Centros de Educação Profissional (CEDUPS), reunião que foi requerida pelos Deputados Altair Silva, Darci de Matos e Valdir Cobalchini. A seguir, a senhora **Presidente** passou a palavra ao senhor **Deputado Altair Silva** que cumprimentou a todos e agradeceu a presença do senhor Secretário de Educação Eduardo Deschamps. O senhor **Deputado Altair Silva** disse que o objetivo é que o parlamento se coloque à disposição para juntar todas as ferramentas possíveis para que em conjunto se possa construir uma política de educação específica para os colégios agrícolas de Santa Catarina, especialmente os CEDUPS. O senhor **Deputado Altair Silva** destacou os principais pontos a serem trabalhados: investimentos em docentes com carga horária de quarenta horas semanais; coordenador de cooperativa; coordenador de internato, um representante da educação agrícola na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina; legislação específica para os colégios agrícolas; formação de parceria entre os CEDUPS e a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina para o fornecimento de insumos, máquinas e tecnologias. A seguir, a senhora **Presidente** passou a palavra ao senhor **Deputado Valdir Cobalchini** que falou que os CEDUPS tem relação com a educação e com a agricultura e, sugeriu que este seja um assunto prioritário do Governo de Estado, que essas escolas tenham o devido tratamento, já que não são escolas comuns, pois possuem um horário diferenciado. O senhor **Deputado Valdir Cobalchini** disse que o currículo deve ser acompanhado tanto pela Secretaria de Estado de Educação como pela Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. Em seguida, a senhora **Presidente** passou a palavra ao senhor **Nelson Rintzel**, representante dos CEDUPS, que ressaltou a importância do trabalho dos técnicos agrícolas na produção de alimentos em Santa Catarina. O senhor **Nelson Rintzel** falou que é necessário dar uma atenção especial ao quadro de professores, que os CEDUPS são escolas diferenciadas e que precisam

de uma legislação adequada. O senhor **Nelson Rintzel** falou que é um ensino integrado e que precisa de docentes com carga horária de quarenta horas semanais, e que é preciso fortalecer o contato com a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e com a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC). Falou também que apesar das dificuldades, as escolas agrícolas fazem um ensino de qualidade e ressaltou que precisam de uma legislação específica e de uma fonte financiadora. A seguir, a senhora **Presidente** passou a palavra para o senhor **Deputado Natalino Lázare**. O senhor **Deputado Natalino Lázare** ressaltou a importância da reunião, pois aborda a situação dos CEDUPS com cursos de técnicos agrícolas, que são colégios diferenciados e necessitam de regras e disciplina. O senhor **Deputado Natalino Lázare** salientou que a falta de vigias, diretores e assistentes limitam a execução dessas regras. O senhor **Deputado Natalino Lázare** enalteceu a importância dos colégios agrícolas para formação pessoal e profissional dos estudantes, e ressaltou a importância de abordar esse assunto junto com a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. A seguir, senhora **Presidente** passou a palavra ao senhor **Deputado Darci de Matos**, que disse que os CEPUPS não podem ser tratados como escolas comuns de ensino médio, pois possuem horários e funções diferenciadas. O senhor **Deputado Darci de Matos** abordou que há alguns anos sugeriu a criação de uma Fundação que pudesse gerir os CEDUPS com cursos de técnicos agrícolas, para apoiar como fontes de financiamento. A senhora **Presidente** passou a palavra para o senhor Secretário de Estado da Educação de Santa Catarina, **Eduardo Deschamps**, que ressaltou que estão trabalhando no resgate dos CEDUPS, principalmente com cursos de técnicos agrícolas. O senhor **Secretário Eduardo Deschamps** falou que a área de cursos profissionais é a única área que não tem uma política específica, resultado da falta de profissionais nesta área que atuam nos colégios. O senhor **Secretário Eduardo Deschamps** ressaltou a importância de uma política específica dentro do Estado que aborde a situação dos CEDUPS, destacando a questão estrutural dos colégios, e a falta de gestão das entidades dessa área. O senhor **Secretário Eduardo Deschamps** ressaltou que o problema enfrentado no Estado é reflexo de problemas nacionais, informou ainda que em alguns estados os colégios com cursos técnicos é de responsabilidade da Secretaria de Ciência e Tecnologia. O senhor **Secretário Eduardo Deschamps** informou que a criação de uma fundação não solucionaria o problema, pois os problemas gerados nos CEPUPS não se enquadram em uma legislação pública geral e, sugeriu que sejam criadas legislações que diferenciem os colégios agrícolas de CEDUPS normais, pois se tratam de horários diferenciados. O senhor **Secretário Eduardo Deschamps** disse que o ponto prioritário é a atuação de um profissional residente no colégio. O senhor **Secretário Eduardo Deschamps** informou que está sendo criada uma legislação específica para os CEDUPS com cursos de técnicos agrícolas em uma ação conjunta com a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. O senhor **Secretário Eduardo Deschamps** disse que a crise dos CEDUPS é gerada por não poder aplicar recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e sugeriu a criação

de um Fundo específico para os CEDUPS com cursos de técnicos agrícolas como fonte financiadora. O senhor **Secretário Eduardo Deschamps** parabenizou a atuação dos diretores dos CEDUPS. A seguir, a senhora **Presidente** passou a palavra para o Senhor **Luiz Carlos Vieira**, que ressaltou a importância da educação, e abordou que a legislação que rege os colégios com cursos em técnicos agrícolas é antiga, necessitando de atualização. Em seguida, senhora **Presidente** passou a palavra para o senhor **Deputado Valdir Cobalchini**, que demonstrou estar contente com os encaminhamentos e agradeceu a presença dos representantes dos CEDUPS. A seguir, a senhora **Presidente** passou a palavra ao senhor **Deputado Altair Silva** que agradeceu a presença das entidades e a atenção do Secretário Eduardo Deschamps. Em seguida, a senhora **Presidente** passou a palavra ao senhor **Deputado Padre Pedro Baldissera** que agradeceu a presença do Secretário de Educação Eduardo Deschamps e ressaltou a importância do encaminhamento da legislação específica para colégios agrícolas. A seguir, a senhora **Presidente** passou a palavra ao senhor **Deputado Natalino Lázare** que sugeriu a inclusão das Comissões de Agricultura e Política Rural e da Educação, Cultura e Desporto nos trabalhos para regularizar a situação dos CEDUPS. A senhora **Presidente** agradeceu as comissões e ressaltou a importância de visualizar o custeio, contratação, estrutura dos diferentes CEDUPS, e colocou isso como desafio para tomar providências, ressaltou ainda, a importância das casas familiares rurais. A senhora **Presidente** passou a palavra para o senhor **Secretário Eduardo Deschamps** que informou que a legislação será criada com base nas necessidades de cada colégio, será dada atenção para todas as necessidades das escolas com ensino médio. Com relação aos prazo para finalizar essa legislação o **Secretário** repassou que no segundo semestre de dois mil e dezessete essa situação será regularizada. Nada mais havendo a tratar, a senhora **Presidente** agradeceu a presença dos senhores Deputados e demais convidados e encerrou a presente reunião. E para constar, eu, secretária da Comissão de Agricultura e Política Rural, Michelli Burigo Coan da Luz, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhores Presidentes e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputada Estadual Luciane Carminati
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto
Deputado Estadual Natalino Lázare
Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural

*** X X X ***

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, às dezessete horas e trinta minutos, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência da senhora Deputada Luciane Carminatti, com amparo no § 1º do artigo 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da sétima Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, referente à 3ª Sessão Legislativa, da 18ª Legislatura. Foi registrada a presença dos senhores Deputados: Valdir Cobalchini, Natalino Lázare, Antônio Aguiar, Ricardo Guidi e Luciane Carminatti. O senhor Deputado Rodrigo Minotto encaminhou o ofício n. 149/2017, justificando sua ausência em razão de compromissos parlamentares externos e o senhor Deputado Serafim Venzon justificou sua ausência por meio do ofício nº 129/2017, comunicando que estaria cumprindo agenda parlamentar externa. Dando início aos trabalhos, a senhora Presidente fez a leitura da Ata da reunião anterior que, posto em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade; a ata da 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Agricultura e Política Rural conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Desporto, a proposição foi com relação ao tema dos CEDUP's, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, a senhora Presidente colocou em apreciação três solicitações para realização de Audiências Públicas, as quais foram encaminhadas ao gabinete da Deputada Luciane Carminatti; a primeira foi solicitada pelo Fórum de Educação de Jovens e Adultos de Santa Catarina, recebida em 27 de junho do corrente ano, cuja data e horário para realização será combinado posteriormente, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; a segunda solicitação veio da Associação de Surdos da Grande Florianópolis, com data de 4 de agosto do corrente, cuja data e horário para realização será combinado posteriormente, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; a terceira solicitação foi encaminhada pelo Sindicato Intermunicipal dos Professores no Estado de Santa Catarina, em 22 de agosto do corrente ano, também com data e horário a ser combinado posteriormente, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A Senhora Presidente colocou em apreciação requerimento de sua autoria, para que a Comissão de Educação, Cultura e Desporto, que é a Comissão de mérito, possa receber o

PL./0238.0/2017, de autoria do governo do Estado, que institui o Sistema Estadual de Cultura (SIEC) e estabelece outras providências, que deu entrada nesta Casa e inicialmente está previsto a tramitação em três Comissões, menos na Comissão de Educação, Cultura e Desporto, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, pela ordem de chegada, a senhora Presidente passou a palavra ao senhor Deputado Antonio Aguiar, que relatou o OF. 138.3/2010, de autoria de Entidade Social, que encaminha o Relatório de Atividades da Sociedade Educacional Tupy, de Joinville, referente ao exercício de 2009, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Não havendo mais matérias a relatar, o senhor Deputado Antonio Aguiar saudou os deputados presentes na reunião. Seguindo a ordem de chegada, a senhora Presidente passou a palavra ao senhor Deputado Natalino Lázare, que relatou o OF. 0292.1/2016, de autoria de Entidade Social, que encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Grupo de Poetas Livres, de Florianópolis, referente ao exercício de 2015, que em sua relatoria solicitou diligenciamento, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado Ricardo Guidi relatou as seguintes matérias extra pauta: PL./0108.1/2017, de autoria do senhor Deputado Rodrigo Minotto, que reconhece o Município de Lebon Régis como a Cidade Coração do Contestado, apresentando parecer para que seja feito requerimento ao primeiro Secretário da Mesa, devido à juntada de novos documentos a este Projeto nesta Comissão, retomando desta forma à Comissão de Constituição e Justiça, para que o referido colegiado manifeste-se, em caráter preliminar, antes da deliberação definitiva desta Comissão, sobre o parecer de fls. 71, 72 e 73 dos citados autos, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o PL.0011.4/2017 de autoria do senhor Deputado Patrício Destro, que inclui no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina a Festa do Maracujá, no Município de Araquari, apresentando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o PL. 0063.5/2014, de autoria do senhor deputado Antonio Aguiar, que dispõe sobre a inscrição de atletas nos jogos Abertos, Joguinhos Abertos e demais competições promovidas pelo Sistema Desportivo Estadual de Santa Catarina, por intermédio da Fundação Catarinense de Desporto (FESPORTE), apresentando parecer favorável nos termos da Emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado Valdir Cobalchini relatou as seguintes matérias: PL. 0176.2/2017, de autoria da senhora Deputada Dirce Heiderscheidt, que denomina Escola Estadual Professor Ângelo Cascaes Tancredo a escola estadual situada no Bairro Bela Vista, no Município de Palhoça, apresentando parecer favorável nos termos da Emenda Supressiva, proposta pelo deputado relator na Comissão de Constituição e Justiça, senhor Deputado Mauro de Nadal, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o PL. 0151.4/2017, de autoria do senhor Deputado Padre Pedro Baldissera, que denomina Edison Daniel Longhi o Ginásio de Esportes do Distrito de Marombas, no Município de Brunópolis, apresentando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o PL. 0254.0/2017, de autoria dos senhores Deputados José Nei Ascari e Darci de Matos, que dispõe sobre a transferência simbólica da Capital do Estado de Santa Catarina para o Município de Itaiópolis, apresentando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi solicitado vistas em gabinete pelo senhor Deputado Antonio Aguiar. A senhora Deputada Luciane Carminatti relatou a seguinte matéria: o PL. 0282.3/2017, de autoria do senhor Deputado Patrício Destro, que dispõe sobre a transferência simbólica da Capital do Estado de Santa Catarina, para o Município de Mafra, apresentando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Fez a leitura do pedido de realização de Audiência Pública na cidade de Criciúma, encaminhada por meio do Of. nº 167/2017, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública do Ensino do Estado de Santa Catarina - SINTE, para discutir a municipalização de diversas escolas daquela regional, visto que a comunidade escolar, (pais, estudantes e trabalhadores em educação), não foi informada sobre os motivos e também não houve nenhuma discussão ou consulta a essa comunidade. Este debate é urgente, já que está trazendo uma série de prejuízos aos estudantes e trabalhadores, que, posto em discussão e votação, foi solicitado vistas em gabinete pelo senhor Deputado Antonio Aguiar. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião. E para constar, eu, Meibel Parmeggiani, Chefe da Secretaria, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Deputada Luciane Carminatti e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputada Luciane Carminatti
Presidente
*** X X X ***

COMUNICADO**COMUNICADO**

O Pregoeiro comunica, tendo em vista o Recurso Administrativo ao Pregão nº 022/2017 interposto pela empresa **Solaris Teleinformática Ltda**, que decidiu RECONSIDERAR a decisão que desclassificou a proposta da Recorrente no Lote 1, anulando-se, assim, todos os atos posteriores à referida decisão.

Convoca-se as empresa à Sessão de continuidade do Pregão no dia 11/09/2017, às 9hs, no mesmo local da sessão anterior. Florianópolis, 31 de agosto de 2017

Antônio Henrique C. Bulcão Vianna
Pregoeiro
*** X X X ***

EXTRATOS**EXTRATO Nº 190/2017**

REFERENTE: 02º Termo aditivo celebrado em 11/07/2017, referente ao Contrato nº 041/2017-00, celebrado em 27/06/2017.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)
CONTRATADA: Disk Car Locação de Veículos S.A

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade alterar o item 5.1 do contrato original, que se refere ao prazo de entrega dos veículos licitados, em face das dificuldades encontradas pela montadora e distribuidora na entrega dentro do prazo requisitado pela CONTRATADA. 2.1. 2. Em razão de tal alteração, **onde se lê:**

5.1. A CONTRATADA tem prazo de 30 dias após a assinatura deste contrato para colocar os veículos, objeto da licitação, à disposição da CONTRATANTE.

Leia-se:

5.1. A CONTRATADA tem até 31 de agosto de 2017 para colocar os veículos, objeto da licitação, à disposição da CONTRATANTE.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, inciso II, "b", da Lei nº 8.666/1993; Item 4.1 c/c o item 5.1 do contrato original e 13.7 do Edital de Pregão 005/2017; Atos da Mesa nº 128/2015, 131/2016 e 101/2017; Autorização Administrativa através do despacho no Ofício CT nº 230/2017.

Florianópolis/SC, 31 de agosto de 2017
Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral
Rafael Schmitz- Diretor Administrativo
Marcus Marchini- Diretor Presidente

*** X X X ***

EXTRATO Nº 191/2017

REFERENTE: 03º Termo aditivo celebrado em 13/08/2017, referente ao Contrato nº 041/2017-00, celebrado em 27/06/2017.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)
CONTRATADA: Disk Car Locação de Veículos S.A

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade alterar quantitativamente o contrato original, acrescentando 06 (seis) novos veículos da marca Toyota, modelo Corolla XEI, novo, zero quilômetro e de primeiro.

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso I, "b", c/c o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993; Item 4.1 do contrato original e itens 13.6 e 13.7 do Edital de Pregão 005/2017; Atos da Mesa nº 128/2015, 131/2016 e 101/2017; Autorização Administrativa através do despacho na Declaração s/nº de 15/08/2017.

Florianópolis/SC, 31 de agosto de 2017
Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral
Rafael Schmitz- Diretor Administrativo
Marcus Marchini- Diretor Presidente

*** X X X ***

EXTRATO Nº 192/2017

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação nº 036/2017 celebrado em 28/07/2017

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)
CONTRATADA: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

OBJETO: Aquisição de espaço físico e de cota de participação na IV Feira de Exposições Multi Setorial de São José do Cedro (Expocedro), que acontecerá no período de 28 a 31 julho de 2017 no Parque de Exposições Balduino Schneider.

VALOR: R\$ 50.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93, Autorização Administrativa através do Processo Licitatório nº 082/2015 e Atos da Mesa nºs 128/2015, 131/2016 e 101/2017.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica). Subelemento: 3.3.90.39.88 (Serviços de Publicidade e Propaganda), todos do Orçamento da ALESC.

Florianópolis, 31 de agosto de 2017.

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Rafael Schmitz- Diretor Administrativo

Lonarte Sperling Veloso- Coordenador de Licitações e Contratos

*** X X X ***

EXTRATO Nº 193/2017

REFERENTE: Contrato nº 036/2017 celebrado em 28/07/2017

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)
CONTRATADA: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

OBJETO: Aquisição de espaço físico e de cota de participação na IV Feira de Exposições Multi Setorial de São José do Cedro (Expocedro), que acontecerá no período de 28 a 31 julho de 2017 no Parque de Exposições Balduino Schneider.

VALOR: R\$ 50.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 caput da Lei 8.666/93; Inexigibilidade de Licitação nº 0036/2017; Autorização através do Processo Licitatório nº 082/2017; Atos de Mesa nºs 128/2015, 131/2016 e 101/2017.

Florianópolis, 31 de agosto de 2017.

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Rafael Schmitz- Diretor Administrativo

Antônio Plínio de Castro Silva- Prefeito

*** X X X ***

OFÍCIOS**OFÍCIO Nº 0641.2/2017**

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício s/n

Florianópolis, SC 24 de novembro de 2011

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado **SILVIO DREVECK**

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Ref: Encaminha Relatório das Atividades do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - Segundo Trimestre de 2017 (abril a junho de 2017).

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência, em conformidade com o disposto no artigo 59, § 4º da Constituição Estadual, artigo 112, parágrafo único da Lei Complementar nº 202/2000 e artigo 296 da resolução nº TC 06/2001, **Relatório das Atividades do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - Segundo Trimestre de 2017**, compreendendo uma resenha do papel de ente fiscalizador, bem como de centro de competência estatal, abrangendo os seguintes documentos:

1. Relatório emitido pela Auditoria Interna do TCE/SC, Nº 196/2017, relativo aos Registros Contábeis e Execução Orçamentária (Segundo Trimestre de 2017);
2. Disco compacto (CD) contendo os arquivos digitalizados da íntegra dos processos licitatórios, contratos, termos aditivos, dispensas e inexigibilidade referentes ao Segundo Trimestre de 2017;
3. Relatório das Diárias pagas a servidores (Segundo Trimestre de 2017);
4. Balançetes Contábeis e Notas de Empenhos (Segundo Trimestre de 2017);
5. Relatório de Atividades do TCE/SC (Segundo Trimestre de 2017).

Os procedimentos descritos nos documentos em anexo tendem a demonstrar a política deste Tribunal de disponibilizar, com transparência e solicitude, todas as informações necessárias, de modo a fazer cumprir o que determina a Constituição Estadual.

Por fim, registro que este Tribunal de Contas coloca-se à disposição de Vossa Excelência e das Comissões que compõem essa Casa Legislativa para quaisquer outros esclarecimentos que se mostrarem necessários.

Ao ensejo, renovo meus protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Conselheiro **Luiz Eduardo Cherem**

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 30/08/17

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 0642.3/17

Indaial, 25 de agosto de 2017

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Indaial, referente ao exercício de 2016.

Magali Cristina Thendl

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 31/08/17

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 0643.4/17

Joinville, 18 de agosto de 2017.

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Ação Social de Joinville, referente ao exercício de 2016.

SARAH MARIA ERNST DE MELLO
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 31/08/17

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 1651, de 01 de setembro de 2017**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor CEDENIR ALBERTO SIMON, matrícula nº 2951, de PL/GAB-81 para o PL/GAB-88, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Setembro de 2017 (Gab Dep Ana Paula Lima)
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1652, de 01 de setembro de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora SIMONE UTZIG, matrícula nº 7971, de PL/GAB-43 para o PL/GAB-52, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Setembro de 2017 (Gab Dep Mauro de Nadal)
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1653, de 01 de setembro de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora JOCYLENE SANTOS VELHO, matrícula nº 6258, de PL/GAB-77 para o PL/GAB-76, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Setembro de 2017 (Gab Dep Mauro de Nadal)
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1654, de 01 de setembro de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora KAREN LAISLA CASAGRANDE DO NASCIMENTO, matrícula nº 8393, de PL/GAB-54 para o PL/GAB-63, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Setembro de 2017 (Gab Dep Ricardo Zanatta Guidi)
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1655, de 01 de setembro de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ISAQUEU PRUESS DE ANDRADE, matrícula nº 8660, de PL/GAB-38 para o PL/GAB-42, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Setembro de 2017 (Gab Dep Antônio Aguiar)
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1656, de 01 de setembro de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **RUI BUSSOLO**, matrícula nº 3441, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-69, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Setembro de 2017 (MD - Gabinete da Presidência).
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1657, de 01 de setembro de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **VILMAR GROSS**, matrícula nº 7405, do cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Setembro de 2017 (DL - CC - Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano).
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1658, de 01 de setembro de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARIA FERNANDA MORETTI**, matrícula nº 4704, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Setembro de 2017 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1659, de 01 de setembro de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **GABRIEL BEAL MIRANDA**, matrícula nº 8027, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Setembro de 2017 (Gab Dep Gabriel Ribeiro).

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1660, de 01 de setembro de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR MARIA FERNANDA MORETTI, matrícula nº 4704, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-69, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Setembro de 2017 (MD - Gabinete da Presidência).

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1661, de 01 de setembro de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR RUI BUSSOLO, matrícula nº 3441, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Setembro de 2017 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1662, de 01 de setembro de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR NILMA ANDREIA PRA ALVES para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (DL - CC - Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano).

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI 0322.5/2017

Declara de utilidade pública a Associação de Proteção Acolhimento e Inclusão Social - PAIS, do Município de Bal. Camboriú, Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção Acolhimento e Inclusão Social - PAIS, com sede no Município de Bal. Camboriú.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos prescritos na legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- IV - balancete contábil; e
- V - declaração do presidente da entidade atestando o recebimento ou não de verba pública, no exercício referente à prestação de contas e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Mário Marcondes

Lido no Expediente
Sessão de 31/08/17

JUSTIFICATIVA

A Associação de Proteção Acolhimento e Inclusão Social - PAIS, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, tem como objetivos proporcionar atendimento terapêutico individual e em grupo para famílias de Balneário Camboriú-SC encaminhadas através dos Órgãos Competentes (Poder Judiciário, Ministério Público, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Rede de Atendimento), bem como oferecer atendimentos multidisciplinares que visem a prevenção, o resgate e a diminuição de danos psicológicos. (Relatório Diagnóstico da Situação da Criança e do Adolescente do Município de Balneário Camboriú, 2016).

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, é necessário que a Associação de Proteção Acolhimento e Inclusão Social - PAIS usufrua dos direitos legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados o presente Projeto de Lei.

Deputado Mário Marcondes

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 323.6/2017

Dispõe sobre a presença de enfermeiras obstétricas e obstetrias durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, sempre que as parturientes forem internadas, e estabelece outras providências.

Art. 1º As maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do Estado de Santa Catarina, ficam obrigados a permitir a presença de enfermeiras obstétricas e obstetrias durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, sempre que as parturientes forem internadas e desde que esteja em acompanhamento pela enfermeira obstétrica em parto domiciliar planejado, sem ônus e sem vínculos empregatícios com os estabelecimentos acima especificados.

§ 1º A presença das enfermeiras obstetras não se confunde com a presença do acompanhante instituído pela Lei federal nº 11.108, de 07 de abril de 2005 e pela presença da doula instituída pela Lei Estadual nº 16.689, de 15 de janeiro de 2016.

§ 2º As maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do Estado de Santa Catarina serão responsáveis pelo cadastramento das enfermeiras obstétricas e obstetrias que deverão apresentar a carteira de

identidade e a carteira de especialista expedida pelo Conselho Regional de Enfermagem - COREN/SC (cópia autenticada e original), comprovando a inscrição como enfermeira obstetra ou obstetriz;

Art. 2º O descumprimento de qualquer dispositivo desta Lei sujeitará o infrator à uma das seguintes penalidades:

I - advertência, na primeira ocorrência;

II - sindicância administrativa; e

III - multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por cada infração, dobrada em reincidência, limitada a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preço de Mercado - IGPM/FGV, ou por índice que vier a substituí-lo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

Deputada Estadual Ana Paula Lima

Lido no Expediente

Sessão de 31/08/17

JUSTIFICATIVA

Conforme previsto no Art. 11 da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, a Enfermeira Obstétrica é a enfermeira titular do diploma ou certificado de Enfermeira Obstétrica, que tem a competência legal de realizar assistência obstétrica, além de todas as atividades de enfermagem; e que a Obstetriz é a titular do diploma de Obstetriz, com competência legal de realizar assistência obstétrica, e cuja graduação em Obstetria tem ênfase na promoção da saúde da mulher e na assistência da mulher durante a gravidez, o parto e o pós-parto.

O Parto Domiciliar Planejado compreende o processo parturitivo como um evento fisiológico e familiar, onde a mulher é a protagonista e tem autonomia para fazer escolhas conscientes sobre o seu corpo e sobre o local de parto onde ela se sinte mais segura.

Há fortes evidências científicas que apontam que o parto humanizado é seguro para as gestações de risco obstétrico habitual e que destacam as enfermeiras obstétricas e obstetras como profissionais fundamentais para a redução das intervenções obstétricas desnecessárias e utilização das boas práticas na assistência ao parto.

O Ministério da Saúde considera que não se deve desencorajar o planejamento do parto no domicílio, desde que o mesmo seja realizado por profissionais capacitados e com transferência definidas, caso seja necessário ou a mulher deseje. Destaca, ainda, que as enfermeiras obstétricas e obstetras são profissionais chaves na assistência ao parto.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) são considerados profissionais habilitados para a assistência ao parto de risco obstétrico habitual os enfermeiros obstetras, as obstetras, e os médicos.

O decreto nº 94.406 de 1987, que regulamenta a lei nº 7498, de 25 de Junho de 1986, aborda as atribuições específicas para os enfermeiros na assistência ao parto. O mesmo destaca a prestação de assistência de enfermagem a gestante, parturiente, puérpera e recém-nascido; acompanhamento da evolução do trabalho de parto; execução e assistência obstétrica em situações de emergência e execução do parto sem distócia. Aos profissionais com diploma ou certificado de enfermeira obstétrica ou obstetrix, além das atividades descritas anteriormente ainda abrangem: identificação obstétrica das distócias e tomada de providência até a chegada do médico e realização de anestesia local e sutura perineal, quando necessário.

Compete à enfermeira obstétrica ou obstetrix o atendimento integral ao trabalho de parto, e parto eutócico, no âmbito hospitalar ou domiciliar, de gestantes consideradas de risco habitual. Sendo estes profissionais responsáveis legais pelo cuidado que prestam, e dessa forma, devem garantir o atendimento de gestantes apenas de risco habitual, que realizem pré-natal conforme o preconizado pelo Ministério da Saúde.

A enfermagem como um todo e, em especial, a enfermagem obstétrica, vem ganhando destaque nas suas ações, firmando-se como uma profissão essencial na área da saúde. Nos últimos anos, especialmente no Brasil, o Parto Domiciliar Planejado tem sido uma realidade possível, um resgate ao natural.

Porém, nos casos em que a mulher escolhe ser acompanhada por uma enfermeira obstétrica ou obstetrix, durante toda a sua gestação e necessita ou deseja parir em ambiente hospitalar, durante este parto, momento final da relação entre ambas, fica sem assistência da profissional que escolheu.

Por estas razões, conto com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do mesmo.

Sala das sessões,

Deputada Estadual Ana Paula Lima

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 324.7/2017

Institui o Dia Estadual dos Hospitais Filantrópicos, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual dos Hospitais Filantrópicos, a ser comemorado, anualmente, no dia 31º dia do mês de agosto, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º No "Dia Estadual dos Hospitais Filantrópicos", os órgãos públicos realizarão eventos destinados a exaltar a importância da filantropia e da caridade exercidas pelos hospitais filantrópicos do Estado de Santa Catarina, a fim de incentivar as futuras gerações a colaborar e a participar de movimentos sociais semelhantes, além de homenagear os trabalhadores, colaboradores e pacientes dos hospitais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Mário Marcondes

Lido no Expediente

Sessão de 31/08/17

JUSTIFICATIVA

Os hospitais filantrópicos, presente em mais de 200 municípios catarinenses, atendem 75% do atendimento do sistema único de saúde do nosso Estado.

Com forte presença da comunidade e de instituições religiosas, tem sob sua responsabilidade o atendimento da média e alta complexidade, sendo que na maioria dos municípios catarinenses é a única porta de entrada hospitalar.

Por isso a necessidade do diálogo com os poderes constituídos, debatendo o financiamento dos serviços prestados, implementação de ações regionais e o aperfeiçoamento dos serviços prestados.

Com atos de bravura, devido o persistente subfinanciamento dos procedimentos hospitalares, as entidades representativas, consolidam trabalho de associativismo de resultados em prol de todos os catarinenses.

A criação data para celebração dos Hospitais Filantrópicos possibilitará reflexão e atenção para o fortalecimento destas instituições bem como oportunizar disseminação do conhecimento da gestão hospitalar.

Por estes e outros tantos motivos é que trago aos meus pares esta Proposta de Lei, que vai além do mérito dos hospitais, seus trabalhadores, colaboradores e gestores. Vai ao encontro de ações positivas e afirmativas de humanizar e reconhecer a importâncias destas instituições. Pois essas salvam nossas vidas, essas salvam as vidas dos nossos.

Deputado Mário Marcondes

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

Projeto de Lei Complementar Nº 0025.5/2017

Altera a Lei Complementar n. 156, de 15 de maio de 1997, que acrescenta a alínea "p" ao Art. 35, dispondo sobre a isenção de custas judiciais a ação de cobrança de natureza de alimentos e de execução de alimentos no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º A Lei Complementar n. 156, de 15 de maio de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

".....

Art. 35.....

).....

p) os processos de caráter alimentar e de execução de alimentos."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Kennedy Nunes

Lido no Expediente

Sessão de 31/08/17

JUSTIFICATIVA

Em 2015 nosso o Congresso Nacional aprovou uma nova legislação que origem à Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015, instituindo então o chamado **novo Código de Processo Civil**, trazendo mudanças, inclusive, na forma de cobrança das custas judiciais, visualizamos a necessidade de adequação da legislação de que trata o tema, a **Lei Complementar n. 156**.

A presente alteração refere-se à prestação de serviços públicos de natureza forense devidas pelas partes ao Estado, que, com a aprovação desse projeto, vai passar a conceder isenção ao pagamento das custas judiciais nos processos de alimentos.

As verbas de caráter alimentar merecem atenção especial, pois é através dela que as pessoas conseguem a sua manutenção. A doutrina e os mais importantes julgadores têm sempre compreendido a verba alimentar urgente e necessária à dignidade da pessoa humana, e foi pensando dessa forma que a presente proposição visa a sacrificar menos esses valores de caráter alimentar, concedendo a isenção da cobrança de custas judiciais.

Diante o exposto sobre o assunto, requer-se o apoio dos Nobres Deputados desta Casa Legislativa, para apreciação e aprovação da presente proposição.

Deputado Kennedy Nunes

*** X X X ***